

BIBLIOTECAS E EDUCAÇÃO

BIBLIOTECAS E SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

11007



Apresentação do tema; principais conceitos

Os vários aspetos que temos vindo a abordar centram-se em particular numa reflexão sobre o papel e a importância das bibliotecas/centros de documentação no contexto da promoção do bem-estar e integração social e cultural do indivíduo (não podemos esquecer que estas duas facetas se alimentam mutuamente). As relações entre bibliotecas e educação são assim entendidas em sentido alargado, e esta questão assume uma importância ainda mais relevante perante as configurações que a sociedade atual tem vindo a assumir nas últimas décadas.

De facto, o papel da informação e da construção da informação em conhecimento tem vindo a crescer em termos de importância na sociedade atual. A facilidade no acesso à informação, primeiro com os meios audiovisuais e depois com a tecnologia digital, veio colocar novos desafios aos indivíduos e

à sociedade. Neste terreno, cada vez mais as bibliotecas/centros de documentação são chamados a assumir novos papéis que vão para além dos tradicionalmente desempenhados.

As tendências económicas e da sociedade em geral - como a globalização, a evolução demográfica e o impacto da tecnologia digital – se por um lado oferecem vantagens por outro colocam vários desafios a todos os cidadãos. Neste contexto, um aspeto crucial reside na tomada de consciência de que é necessário uma aquisição contínua de conhecimentos e de competências, que a aprendizagem pessoal não termina com o final da escolaridade, sendo uma constante ao longo da nossa existência, para podermos tirar partido das oportunidades que vão surgindo em cada momento e para se poder participar ativamente na sociedade.

Os problemas, já abordados, de exclusão podem também aprofundar-se no cenário atual, entre os que têm e os que não têm acesso à informação e aos novos meios de divulgação dessa informação mas, sobretudo, entre quem tem competências e quem não tem para aceder, analisar e usar adequadamente essa informação. Neste sentido, é importante alargar o acesso às oportunidades educativas - tanto ao nível da formação inicial como da educação e formação ao longo da vida – que são elementos centrais não só para o desenvolvimento económico (de que tanto se fala) mas também como garantia da coesão social.

Termos como sociedade da informação e sociedade do conhecimento; educação e aprendizagem ao longo da vida, têm invadido os discursos, mas de facto não estamos apenas perante uma “moda”, trata-se na verdade de configurações sociais novas que exigem por parte dos indivíduos e das instituições respostas adequadas.

Os textos que vão ser trabalhados neste tema abordam aspetos diversos mas complementares sobre os desafios que se colocam à sociedade atual neste

campo e ao papel que as bibliotecas podem/devem desempenhar nesse contexto.

Conceitos fundamentais

(1) Um dos conceitos que vemos retomados em variados momentos é o de **sociedade da informação**. Em 1997, o governo português, através do Ministério da Ciência e da Tecnologia, publica o *Livro Verde para a Sociedade da Informação*.

Pela leitura da Introdução desse documento vemos sublinhadas várias expressões que já surgiram noutros textos desta Unidade Curricular. E o índice dá conta da amplitude de objetivos e de áreas que se pretendia visar.

Reproduzimos a seguir essa introdução, onde aparece exatamente definida a conceção de sociedade da informação (parágrafo sublinhado no texto). Vemos aí referidos dois elementos sobre os quais nos interessa refletir:

- assume-se que se está perante um novo modo de desenvolvimento social e económico;
- esse novo modo de desenvolvimento assenta no manuseamento da informação, que circula através de redes digitais.

As consequências resultantes dos dois aspetos referidos são importantes e exigem que nos situemos com alguma clareza em relação a elas. E que as instituições mais diretamente vocacionadas para a disponibilização da informação – grupo a que as bibliotecas pertencem de forma inequívoca – assumam igualmente a sua responsabilidade social e educativa neste domínio.

A Sociedade da Informação constitui um desafio que tem de ser enfrentado com determinação de modo a adequar o país às profundas mudanças daí resultantes. As manifestações da 'Sociedade da Informação' rodeiam o nosso quotidiano, afectam o comportamento das organizações e influenciam o pensamento estratégico das

Nações.

Mas o que significa, afinal, essa expressão 'Sociedade da Informação'? Por que razão as empresas alteram o seu rumo e as Nações têm necessidade de reflectir estrategicamente em função deste novo estágio da sociedade? Como será possível retirar o máximo proveito da revolução da informação em curso? Será que estamos em condições de também poder beneficiar desta nova forma de organização da sociedade? Haverá barreiras a transpor e estará ao nosso alcance a vontade e a energia para as vencer? Será que o espaço geopolítico europeu em que nos inserimos tenderá a reforçar a sua coesão em função do desenvolvimento da Sociedade da Informação ou as forças subjacentes ao seu crescimento contribuirão para cavar um fosso maior entre os países mais desenvolvidos e os que, como Portugal, procuram a convergência com os primeiros?

A expressão 'Sociedade da Informação' refere-se a um modo de desenvolvimento social e económico em que a aquisição, armazenamento, processamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação de informação conducente à criação de conhecimento e à satisfação das necessidades dos cidadãos e das empresas, desempenham um papel central na actividade económica, na criação de riqueza, na definição da qualidade de vida dos cidadãos e das suas práticas culturais. A sociedade da informação corresponder, por conseguinte, a uma sociedade cujo funcionamento recorre crescentemente a redes digitais de informação. Esta alteração do domínio da actividade económica e dos factores determinantes do bem-estar social é resultante do desenvolvimento das novas tecnologias da informação, do audiovisual e das comunicações, com as suas importantes ramificações e impactos no trabalho, na educação, na ciência, na saúde, no lazer, nos transportes e no ambiente, entre outras.

Uma das abordagens mais correntes considera que a transição da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial é uma mudança ainda mais radical do que foi a passagem da sociedade pré-industrial para a sociedade industrial. Em particular, prevê-se que, na sociedade pós-industrial, não serão nem a energia nem a força muscular que liderarão a evolução, mas sim o domínio da informação. Nesta

óptica, os sistemas da sociedade, humanos ou organizacionais, são basicamente pensados como 'sistemas de informação'.

As tecnologias da informação e das comunicações são já parte integrante do nosso quotidiano. Invadiram as nossas casas, locais de trabalho e de lazer. Oferecem instrumentos úteis para as comunicações pessoais e de trabalho, para o processamento de textos e de informação sistematizada, para acesso a bases de dados e à informação distribuída nas redes electrónicas digitais, para além de se encontrarem integradas em numerosos equipamentos do dia-a-dia, em casa, no escritório, na fábrica, nos transportes, na educação e na saúde. A sociedade da informação não pertence a um futuro distante.

Assume uma importância crescente na vida colectiva actual e introduz uma nova dimensão no modelo das sociedades modernas.

Os computadores fazem parte da nossa vida individual e colectiva e a Internet e o multimédia estão a tornar-se omnipresentes. Contudo, tal como a rádio não substituiu os espectáculos ao vivo, a televisão não faz as vezes da rádio, o cinema não fez desaparecer o teatro, estes novos meios também não irão substituir os livros e outros meios tradicionais, mas simplesmente acrescentar as suas capacidades adicionais ao leque das opções disponíveis.

Há, também, a percepção de um fenómeno de turbulência provocado pela sucessiva introdução de novas tecnologias. O tempo individual e colectivo é acelerado, impondo reajustamentos de valores e de comportamentos, devido à obsolescência de anteriores paradigmas elaborados sobre uma base tecnológica diferente. O atraso ou a recusa desses ajustamentos, algo natural em resultado da inércia social, corresponderão a um menor crescimento económico e a um decréscimo do bem-estar.

Os responsáveis políticos têm, neste momento, plena consciência de que o futuro das Nações será condicionado pela forma como as novas tecnologias de informação e de comunicação forem assimiladas e do êxito e da rapidez dessa absorção. Neste

contexto, é fundamental o desenvolvimento da reflexão estratégica, por forma a aproveitarem-se as oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias e de modo a se transporem as barreiras a esse aproveitamento.

A consciência dos desafios e das oportunidades da sociedade da informação tem vindo a ganhar ímpeto e peso na sociedade portuguesa. Contudo, são ainda muito numerosas e importantes as tarefas que faltam realizar para que o país possa ocupar um lugar de vanguarda na nova sociedade global, baseada na informação e no conhecimento, em que um dos suportes é a interconexão por redes electrónicas digitais à escala mundial. Um dos principais desafios consiste em acompanhar os nossos parceiros da União Europeia, assim como as restantes economias mais desenvolvidas do mundo, na transferência dos benefícios da sociedade da informação para os cidadãos. Em consequência, teremos de centrar os nossos esforços na implantação efectiva de todos os aspectos da Sociedade da Informação que possam contribuir para o nosso desenvolvimento e para a redução das disparidades em relação aos países com que competimos na economia global.

Um factor determinante para o êxito destas transformações é a sua activa aceitação social. É essencial criar condições equitativas de acesso aos benefícios que esta gera e combater simultaneamente os factores que conduzem a novas formas de exclusão do conhecimento, a info-exclusão. É indispensável fomentar o reforço da coesão social e da diversidade cultural, a igualização de condições em espaços regionais diversificados, incentivar a participação dos cidadãos na vida da comunidade e oferecer um Estado mais aberto e dialogante na identificação dos problemas e das soluções de interesse público. Haverá ainda que criar oportunidades de emprego e contribuir para as alterações na organização das empresas de modo a que se tornem mais eficientes e competitivas num mercado alargado.

A Europa já iniciou o seu caminho para a Sociedade da Informação. O sinal de partida foi dado pelo relatório da Comissão Europeia, aquando da presidência de Jacques Delors, através do Livro Branco sobre “Crescimento, Competitividade,

Emprego - Os Desafios e as Pistas para Entrar no Século XXI". Este documento, publicado em Dezembro de 1993 na sua versão original, dedica toda uma secção à sociedade da informação. Afirma-se ali que 'A Europa dispõe do know-how e da experiência indispensáveis para a implementação de um espaço comum da informação. Contudo, importa ainda mobilizar estas potencialidades num esforço comum e criar um enquadramento político que permita pôr em prática, o mais brevemente possível, as acções necessárias'.

Perante as potencialidades do sector da informação para a criação de emprego sustentável, para a transformação das organizações no sentido de um aumento da sua produtividade, para a melhoria da qualidade de vida das populações e ainda para a coesão económica e social, é evidente a necessidade de não se perder tempo na adaptação da sociedade portuguesa às novas oportunidades emergentes.

A Sociedade da Informação desenvolveu-se no quadro de economias de mercado. Às instituições públicas tem cabido fundamentalmente um papel regulamentador para evitar desequilíbrios e injustiças que possam decorrer do funcionamento livre das forças de mercado, assim como um papel dinamizador indispensável. A emergência da sociedade da informação tem tanto de imprevisível como de riqueza em oportunidades para os cidadãos, para as empresas e para as Nações, que se saibam apetrechar de forma a não deixarem escapar os benefícios decorrentes.

Com o advento da revolução digital e da concorrência à escala global, muitas empresas começaram a explorar as novas oportunidades de mercado, desenvolvendo áreas de negócio até então inexistentes. O crescimento do mercado das comunicações móveis, a explosão da Internet, a emergência do comércio electrónico, o desenvolvimento da indústria de conteúdos em ambiente multimédia, a confluência dos sectores das telecomunicações, dos computadores e do audiovisual, demonstram o enorme potencial das tecnologias de informação para gerar novas oportunidades de emprego, estimular o investimento e o desenvolvimento acelerado de novos sectores da economia.

O desenvolvimento desta Sociedade requer alterações significativas capazes de ultrapassarem resistências à mudança e um certo grau de inércia organizativa, ainda visíveis na Administração Pública e nas empresas. Estas transformações são ainda mais complexas num contexto de restrições orçamentais e de combate ao desemprego. A constatação destas dificuldades suplementares deverá servir, no entanto, para estimular o engenho, de modo a que se encontrem soluções dentro dos recursos orçamentais disponíveis para a melhoria da estrutura organizativa aliviando o peso da burocracia no Estado e nas empresas. Criam-se assim condições de aumento da eficiência na oferta de serviços ao cidadão, de melhoria da qualidade do ensino e da prestação dos serviços de saúde, de acesso à cultura e ao conhecimento, e contribui-se para o crescimento da produtividade e da competitividade das empresas nacionais e para a melhoria geral da qualidade de vida dos cidadãos.

Importa referir as implicações jurídicas da sociedade da informação e mais concretamente a necessidade de serem acautelados, pela via legislativa, os problemas que podem decorrer do recurso às novas tecnologias de informação e das comunicações, designadamente a protecção dos dados pessoais, a segurança jurídica das bases de dados, a protecção da propriedade intelectual, o combate à violação dos direitos humanos e aos atentados contra menores.

Este Livro Verde pretende ser uma reflexão estratégica para a definição de um caminho de implantação da Sociedade da Informação em Portugal, numa perspectiva transversal, centrada nas suas manifestações nos múltiplos domínios da vida colectiva e da organização do Estado, e subordinada a preocupações de estímulo à criatividade, à inovação, à capacidade de realização, ao equilíbrio social, à democraticidade de acesso, à protecção dos carenciados e dos que apresentam deficiências físicas ou mentais.

(...)

Leitura complementar

(2) Outro conceito que importa referir é o de **aprendizagem ao longo da vida**. De acordo com a IFLA, o conceito de *lifelong learning* define-se da seguinte forma:

A aprendizagem ao longo da vida pode ser definida como toda a atividade da aprendizagem intencional, realizada de forma contínua com o objetivo de melhorar os conhecimentos, as aptidões e as competências. Contém diversas formas de educação e formação, formal, não formal e informal, por exemplo, o sistema tradicional de ensino (desde o básico ao nível superior), a educação livre de adultos, formação e pesquisa informal, individualmente, em grupo ou no quadro dos movimentos sociais. Häggström, B. M., ed. lit. –

The role of libraries in lifelong learning: final report of the IFLA project under the Section for Public Libraries, 2004. (Tradução nossa)

A aprendizagem ao longo da vida implica, portanto, o desejo de aprender. Mas se uma pessoa tem o desejo de aprender, ela terá também de ter condições para o fazer, e neste sentido a existência de ambientes de aprendizagem será uma condição importante. É neste domínio que a Biblioteca Pública poderá desempenhar um papel importante.

Recordamos que nos documentos da DGLB com as orientações para as bibliotecas públicas em Portugal se fala de forma clara sobre esta função da BP, apontando-se as condições que devem ser criadas para favorecer a aprendizagem ao longo da vida. Veja o seguinte excerto retirado desse documento:

d) Aprendizagem ao longo da vida

Na secção de adultos, preferencialmente junto da consulta local, deve existir uma área destinada à auto-formação.

Nesta área deve ser proporcionado o acesso a um extenso conjunto de materiais relativos a assuntos muito variados, facilitando assim o acesso dos utilizadores a meios de exploração adequados aos seus interesses e de apoio à educação formal e informal, como por exemplo o desenvolvimento de competências básicas ao nível das TIC ou a aprendizagem de línguas estrangeiras, com recurso a materiais multimédia.

Para esse fim, nesta zona, os utilizadores devem poder dispor de computadores com acesso à Internet e ligação a uma impressora, dispostos em mobiliário próprio – bancada corrida ou individualizados através de separadores – bem como uma estante com capacidade para albergar os correspondentes materiais didácticos.

Com frequência, a ideia de **aprendizagem ao longo da vida** tem sido usada para designar a “educação de adultos”, o que se tem traduzido, por exemplo, na criação das universidades da terceira idade. Mas de facto este conceito aponta para uma forma de estar que nos deverá acompanhar durante toda a nossa vida ativa, e a própria definição da IFLA mostra que a aprendizagem permanece em todas as fases da nossa vida, iniciando-se na infância (educação básica). Como refere Reginaldo Manuel Siteo (2006), “A proposta a ser enfatizada é a de que a aprendizagem que acontece na escola e durante a vida profissional deve ser uma extensão da aprendizagem que se dá na infância ou na terceira idade. As pessoas devem ter meios para continuar a aprender, interagindo com o mundo e recebendo ajuda dos agentes de aprendizagem”¹.

1 - Reginaldo Manuel Siteo. “Aprendizagem ao Longo da Vida: um conceito utópico?”. *Comportamento Organizacional e Gestão*. 12 : 2 (2006) 283-290. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/cog/v12n2/v12n2a09.pdf>

Esta questão tem sido objeto de reflexões várias, como iremos verificar no ponto seguinte. Em 2005, no Fórum sobre Literacia da Informação, foi adotada uma declaração comum (texto 4) que sublinha a importância e a articulação entre a aprendizagem ao longo da vida e a necessidade de desenvolver competências essenciais no âmbito da literacia da informação.

LEIA

Texto 4 - *Declaração de Alexandria sobre competência informacional e aprendizado ao longo da vida.*

Leitura Complementar

Marie Häggström (ed.), *The Role of Libraries in Lifelong Learning*

Bom trabalho!
Ana Nobre